

As bases eleitorais de Lula e do PT: do distanciamento ao divórcio

Sonia Luiza Terron

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Diretoria de Geociências

Gláucio Ary Dillon Soares

Instituto de Estudos Sociais e Políticos - UERJ

Resumo: O debate sobre o distanciamento entre Lula e o Partido dos Trabalhadores (PT) ganhou corpo na eleição de 2006, quando a popularidade de Lula e de seu governo não se estendeu ao PT, como seria esperado. Pela primeira vez o partido não melhorou o desempenho na votação para a Câmara dos Deputados em relação à eleição anterior. Analisamos as bases eleitorais de Lula e do PT nas quatro últimas eleições para presidente e deputado federal (1994-2006), e comprovamos o distanciamento entre elas.

Pesquisamos a distribuição espacial das votações ao nível do município com mapas, estatísticas e regressões espaciais. Identificamos o “descolamento” dos territórios eleitorais do candidato e do partido a cada eleição, e as regressões espaciais mediram a crescente independência espaço-temporal das votações: os coeficientes baixaram de 0,85 em 1994, para 0,15 em 2006. Houve um processo de distanciamento geossocial, no período de 1994 a 2002, e um “divórcio” entre as bases eleitorais, em 2006, quando se formaram territórios de configurações praticamente irrelacionadas.

Palavras-chave: território eleitoral; voto; comportamento político; análise espacial; geografia eleitoral

Abstract: The debate about the distancing between Lula and the Workers Party (PT) gained acceptance in the 2006 election, when the popularity of Lula and his government did not extend to the PT, as expected. For the first time the party did not improve performance in the voting for the Chamber of Deputies regarding the previous election. We analyzed the electoral bases of Lula and the PT in the last four elections for president and federal deputies (1994-2006), and we prove the distancing between them.

We studied the spatial distribution of votes at the municipal level with maps, statistics and spatial regression. We identified the detachment of the candidate's and party's electoral territories every election, and the regressions measured the growing spatial-temporal independence of the votings: the coefficient fell from 0.85 in 1994 to 0.15 in 2006. There was a process of geossocial distancing in the period 1994 to 2002, and a "divorce" between the electoral bases in 2006 when the territories seemed to be nearly unrelated to each other.

Keywords: electoral territory; voting; political behavior; spatial analysis; electoral geography

Introdução

A discussão sobre o distanciamento entre Lula e o Partido dos Trabalhadores (PT) ganhou corpo na eleição de 2006, quando a popularidade de Lula e de seu governo não se estendeu ao PT, como seria esperado. Foi a primeira vez que o partido não melhorou o desempenho na votação para a Câmara dos Deputados em relação à eleição anterior. Nosso objetivo é comprovar o distanciamento e mostrar quando, como e onde o apoio a Lula passou a existir como expressão territorial independente da base eleitoral petista.

Confirmar esta independência significa dizer que Lula não apenas passou a ser maior que o PT, mas que o lulismo se instalou como um fenômeno desvinculado do petismo, e que Lula deixou de ser a grande exceção do personalismo nas eleições presidenciais brasileiras (CARREIRÃO, 2002), depois de uma história incomum de formação partidária (MENEGUELLO, 1989).

O distanciamento entre as bases eleitorais de Lula e do PT ainda não foi pesquisado pelo método estatístico espacial, e este artigo se propõe a preencher esta lacuna. A expectativa é que os resultados de uma investigação espaço-temporal detalhada ao nível municipal, além de comprovar o distanciamento, contribua com elementos novos sobre as particularidades da política nacional, para subsidiar a discussão sobre o petismo e o lulismo, dois fenômenos ímpares.

Nossa convicção é que a incorporação do espaço na análise do comportamento político-eleitoral contribui em muito para compreendê-lo. O território é o locus do jogo político-eleitoral, e no caso do Brasil este jogo acontece em 8,5 milhões de quilômetros quadrados marcados por profundas desigualdades sócio-demográficas, econômicas e políticas. A distribuição espacial do voto permite uma associação entre o voto e a política, a economia e a sociedade local, dificilmente perceptível na análise puramente quantitativa.

Outra motivação para a incorporação do espaço na análise diz respeito ao método estatístico. É fortemente recomendado que se considere a dependência espacial dos fenômenos nos modelos de regressão, em especial quando as variáveis apresentam uma forte dependência espacial (BAILEY e GATRELL, 1995; CÂMARA et al, 2002). Este é o caso das votações de Lula de 1989 a 2006, por exemplo, analisadas por Soares e Terron (2008) e Terron (2009).

Analisamos as bases eleitorais de Lula e do PT nas quatro últimas eleições para presidente e deputado federal (1994-2006). Pesquisamos a distribuição espacial das votações ao nível do município com mapas, estatísticas e regressões espaciais. As votações (percentuais de votos municipais) revelaram índices de correlação espacial altos em todas as eleições, ou seja, a existência de territórios eleitorais fortes. Identificamos e comparamos os territórios eleitorais onde Lula e os

deputados federais do PT receberam os mais altos percentuais de votos nas quatro eleições.

Pesquisamos, com modelos de regressão espacial, a relação entre todas as votações e indicadores socioeconômicos municipais nesse período. As regressões permitiram dimensionar o distanciamento e o modelo espacial se mostrou eficiente para evitar uma sobre-representação dos indicadores dos territórios eleitorais no resultado final. Constatamos que houve um processo de distanciamento geossocial, ocorrido no período de 1994 a 2002, e uma completa dissociação, em 2006, quando se formaram territórios eleitorais de configurações praticamente irrelacionadas.

Nas três seções seguintes apresentamos uma síntese de dados e análises já realizadas sobre o distanciamento; a análise geoespacial dos territórios eleitorais e a análise do distanciamento entre as bases eleitorais.

O que já sabemos sobre Lula, o PT e o distanciamento

As trajetórias políticas de Lula e do Partido dos Trabalhadores estiveram associadas desde a fundação do partido em 1980, ainda durante o regime militar, e são singulares no contexto político do país e da América Latina. O Partido dos Trabalhadores teve na sua origem a confluência dos sindicatos, setores da esquerda da igreja católica e movimentos sociais atuantes nos anos 1970. Agregou várias correntes da esquerda brasileira em torno da representação de classes e estruturou uma ampla rede social, passível de mobilização política, mantida por um forte engajamento de ativistas e militantes. A militância diferencia o PT dos demais partidos brasileiros. O PT teve um crescimento notável em todos os setores da representação política, especialmente de meados da década de 1990 em diante: conquistou prefeituras e governos estaduais; posicionou-se, desde 1994, entre as quatro maiores bancadas da Câmara dos Deputados.

Lula participou de sete eleições, concorrendo em todas pelo PT. Foi candidato ao governo de São Paulo em 1982 e perdeu. Em 1986 elegeu-se o deputado federal mais votado da história da Câmara. A partir de 1989 candidatou-se a todas as eleições presidenciais até 2006. No total foram cinco eleições presidenciais; oito pleitos, considerando os dois turnos de 1989, 2002 e 2006. Até 2002 havia exercido apenas um cargo público, o de deputado federal (1987 a 1989), acumulado muita experiência na disputa presidencial e aumentado sistematicamente sua votação a cada eleição que participava.

As eleições presidenciais passaram a ser polarizadas pelo PSDB e pelo PT a partir de 1994. Em 2002, Lula (PT) foi eleito com 61,3% dos votos válidos do segundo turno, derrotando José Serra (PSDB). Nas eleições de 2006, um novo

enfrentamento entre os dois partidos reeleger Lula, também em segundo turno, quando venceu Geraldo Alckmin (PSDB) com 60,8% dos votos válidos.

Em 2006, houve uma expressiva mudança no contorno geográfico da base eleitoral de Lula, quando comparada às das eleições anteriores, em particular a de 2002. O percentual de votos nos municípios diminuiu nas regiões centro-sul do país e aumentou nas regiões norte e nordeste. O principal fator responsável por este movimento de inversão geográfica na base eleitoral foi a política de transferências diretas de renda dos programas sociais implementados no primeiro mandato, em especial o Bolsa Família¹.

Na eleição de 2006 para deputado federal, o PT não conseguiu melhorar o seu desempenho, o que seria esperado após um mandato na Presidência. Dos 16,1 milhões (18,4%) de votos e 91 cadeiras conquistadas em 2002, o PT caiu para 14 milhões (15%) de votos e 83 cadeiras em 2006 (Tabela 1).

Tabela 1
Desempenho do PT nas eleições para a câmara dos deputados (1994 a 2006), em número e percentual de votos, e número e percentual de cadeiras

Ano da Eleição	Votos ¹		Cadeiras ²	
	Nº (milhões)	%	Nº	%
1994	6,0	13,1	49	9,6
1998	8,8	13,2	58	11,3
2002	16,1	18,4	91	17,7
2006	14,0	15,0	83	16,2

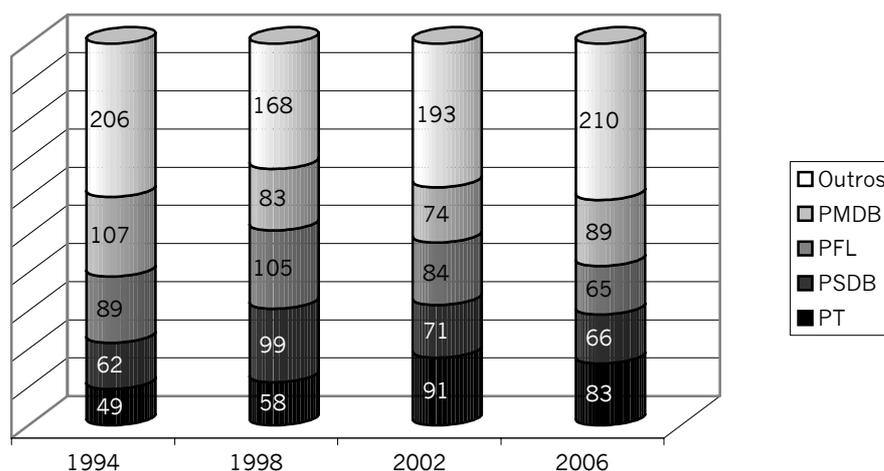
Fonte: Jairo Nicolau. Disponível em: <<http://jaironicolau.iuperj.br/banco2004.html>>.

Notas: ¹ Percentuais calculados sobre os totais de votos do Partido nas respectivas eleições (1994 - 45,4 milhões, 1998 - 66,6 milhões, 2002 - 87,5 milhões e 2006 - 93,2 milhões)². Percentuais calculados sobre as 513 cadeiras do parlamento.

¹ Essa relação foi analisada por Nicolau e Peixoto (2007a; 2007b), Zucco (2008; 2006) e Marques et al (2007), com métodos estatísticos e bases de dados municipal; Hunter e Power (2007), com *surveys* e dados ao nível estadual; Carraro et al (2007) com técnicas de econometria espacial sobre dados municipais. Soares e Terron (2008), utilizando a mesma base de dados da pesquisa de Nicolau e Peixoto (2007a; 2007b), re-visitaram o tema pela via da geografia eleitoral. Rennó, Lício e Castro (2009) testaram um modelo estatístico multivariado em amostra probabilística nacional utilizando o Barômetro das Américas de 2008. Houve consenso entre os autores quanto à mudança geográfica da base em direção ao norte e nordeste, e uma expressiva alteração no perfil socioeconômico do eleitor de Lula. Lula passou a ser mais votado em sentido inverso do desenvolvimento social de estados e municípios. À exceção de Carraro et al (2007), os analistas também concordaram quanto à influência do Bolsa Família (BF) sobre os resultados eleitorais. Terron (2009) ampliou a análise dos territórios eleitorais nas eleições presidenciais para as votações dos principais candidatos de 1989 a 2006, confirmando os resultados anteriores e agregando novos conhecimentos.

Com este desempenho manteve a primeira colocação em relação aos demais partidos no que concerne à votação, mas em número de representantes no parlamento, perdeu a primeira colocação para o PMDB (Figura 1)².

Figura 1
Composição da Câmara dos Deputados, em número de cadeiras, das quatro maiores bancadas eleitas de 1994 a 2006 (PT, PSDB, PFL e PMDB)



Fonte: Jairo Nicolau <<http://jaironicolau.iuperj.br/banco2004.html>>

* Número total de cadeiras na Câmara dos Deputados: 513

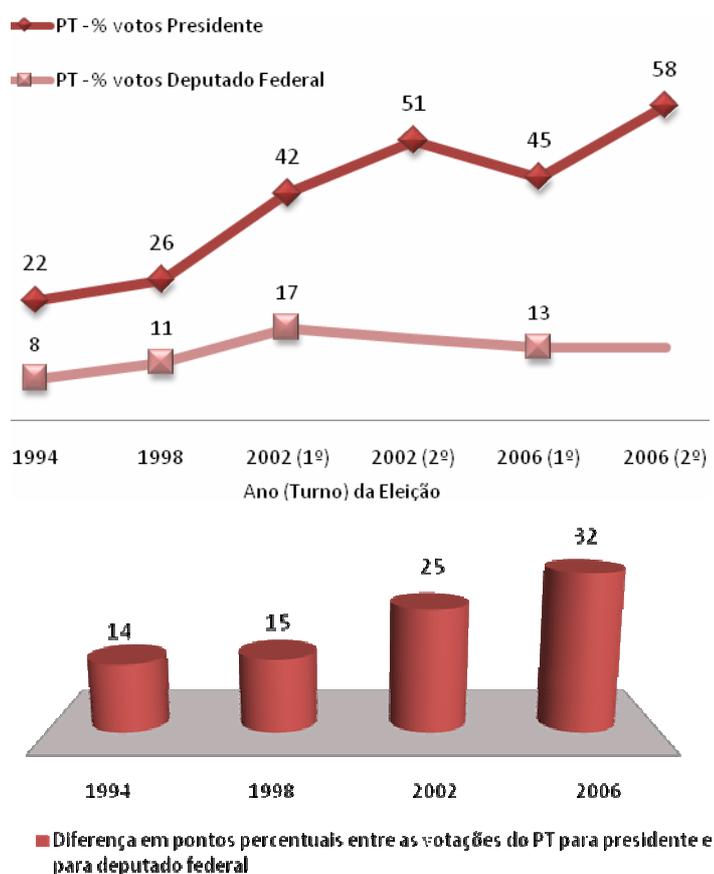
Em resumo, no período em estudo a votação de Lula passou de 22% em 1994, para 44% e 58% no primeiro e segundo turno de 2006, respectivamente. O desempenho do partido nas eleições para deputado federal também melhorou: de 1994 a 2002 passou de 8% para 17%, mas caiu para 13% em 2006³. Os gráficos (Figura 2) mostram a evolução da votação nas duas séries temporais, e as diferenças entre as votações de Lula e do PT. Os percentuais de Lula são sempre

² O tamanho das bancadas dos partidos nas Casas Legislativas pode variar ao longo do mandato devido a trocas de partido, desincompatibilizações, mortes e outros motivos. Em 2002 o PT elegeu a maior bancada da Câmara Federal, com 91 deputados, e ao final do mandato, um pouco antes da eleição de 2006, eram 81, duas cadeiras a menos do que as 83 que conseguiu eleger em outubro do mesmo ano (HUNTER e POWER, 2007, p.8). A comparação de desempenho eleitoral com base no número de assentos no parlamento deve levar em conta que o conjunto de regras estabelecido pelo sistema eleitoral permite distorções em relação à representação dos estados e dos partidos. Há os casos em que a representação dos estados não é proporcional ao tamanho do eleitorado, e as situações em que o partido ganha um número menor de cadeiras do que outro, mesmo tendo recebido mais votos que ele (NICOLAU, 1997). Em 2006, por exemplo, o PT obteve 15% dos votos para Deputado Federal e o PMDB, 14,6%; mas o PT ficou com 83 cadeiras e o PMDB com 89. Na eleição anterior, em 2002, PMDB e PFL haviam obtido 13,4% dos votos, mas o PFL ficou com 10 cadeiras a mais que o PMDB.

³ Os percentuais foram calculados em relação ao número de eleitores que compareceram para votar em cada eleição, o que inclui os votos em branco e os nulos.

superiores e as diferenças aumentam com o tempo. Nas duas primeiras eleições, em 1994 e 1998, a diferença entre as votações praticamente se mantém, sendo 14 e 15 pontos percentuais, respectivamente. Em 2002 (primeiro turno), a diferença aumenta para 25 pontos percentuais; e em 2006 (primeiro turno), passa para 32 pontos percentuais. Nesta última, entretanto, a votação para presidente sobe, e para deputado federal, desce.

Figura 2
Percentagem de votos recebidos pelo Partido dos Trabalhadores nas eleições (1994 a 2006) para Presidente da República e Deputado Federal, e respectivas diferenças em pontos percentuais



Fontes: TSE (eleições presidenciais) e IpeaData (eleições para deputado federal).
 Nota: Os percentuais referem-se ao total de eleitores que compareceram para votar em cada eleição, sendo o primeiro turno das eleições presidenciais de 2002 e 2006.

Análises com método estatístico

Hunter e Power (2007) e Zucco (2008) investigaram o distanciamento das votações de Lula e dos candidatos do PT a deputado federal nas quatro eleições (1994 a 2006). Ambos empregam métodos estatísticos e resultados eleitorais agregados por unidade político-administrativa: Hunter e Power (2007) trabalharam na escala estadual e Zucco (2008), na escala municipal.

Pela análise de Hunter e Power (2007) o distanciamento entre a votação de Lula e a votação para o PT vem declinando gradativamente desde 1994: as correlações de Pearson declinaram de 0,60 em 1994, a 0,53 em 1998, e a 0,46 em 2002, todas positivas e estatisticamente significativas. Em 2006 a correlação passa a ter sinal negativo, é pequena (-0,19) e não atinge significância estatística. Lula se saiu melhor do que o PT, sobretudo nos estados com IDH mais baixo: numa análise bivariada, o IDH explica 43% da sobre-votação de Lula em relação ao PT.

Hunter e Power (2007) remetem ao argumento de David Samuels de que a base de votação de Lula (lulistas) seria, na verdade, bem diferente daquela que apóia o PT (petistas). Consideram fatores explicativos as características pessoais e a popularidade de Lula em relação ao seu partido; o fato das acusações de corrupção terem sido muito associadas ao PT, e pouco ao Presidente; e o fracasso do PT em ampliar a base eleitoral nas eleições não majoritárias, conquistando eleitores não tradicionais do partido que votaram em Lula.

Para Hunter e Power (2007) essa mudança no perfil do eleitor de Lula em 2006 indicaria que Lula se distancia do PT e segue em direção a um estilo mais *catch all*, e que Lula passou a dominar os antigos grotões. Os autores comparam a “interiorização” ou “nordestização” das bases eleitorais atuais com o modelo típico do Brasil de 50 anos atrás retratado por Leal (1948). Na opinião dos autores isso continua a refletir o uso da máquina pública para práticas de clientelismo.

Zucco (2008, p.54) discorda, e pondera que o Bolsa Família e os programas que o precederam se distanciam das formas tradicionais de clientelismo por uma questão fundamental: “a elegibilidade para inclusão no programa é universal, incorporando todos aqueles que se enquadram em determinados objetivos e critérios mensuráveis. Isso ‘quebra’ a relação de troca que é a essência do clientelismo”. Ele associa o efeito Bolsa Família a uma tendência pró-governo das regiões mais pobres do país. Em análise da relação da performance do PT e do PSDB, com o IDH dos municípios nas eleições presidenciais de 1989 a 2006, Zucco (2008) corrobora o argumento de que as regiões menos desenvolvidas tendem a votar no candidato do governo.

Essa tendência não seria uma novidade, conforme observa, pois o PMDB e o PSDB começaram nas grandes cidades e expandiram suas bases eleitorais em direção aos municípios mais pobres do interior quando assumiram o poder. Para

ele, Lula teria se dirigido aos grotões pela mesma lógica, ou seja, a tendência de voto pró-governo nos municípios mais carentes do interior.

Na análise da associação dos votos de Lula para a Presidência e do partido, para a Câmara dos Deputados, Zucco (2008) observa, no nível municipal, uma tendência semelhante à relatada por Hunter e Power (2007), identificada com base em correlações no nível estadual. A análise municipal não confirma, entretanto, que houve um decréscimo constante de uma eleição para outra, como no nível estadual. A Tabela 2 reproduz os resultados encontrados pelos analistas. Independente de ser um efeito anterior a 2006, foi nessa eleição que se acentuaram os sinais de uma ruptura nos padrões das duas bases.

Tabela 2
Votos para o PT e votos para Lula: 1994-2006

	1994	1998	2002	2006
Correlações ao nível estadual	+0.60***	+0.53***	+0.46*	-0.19
Correlações ao nível municipal	+0.56***	+0.60***	+0.54***	-0.02

Fontes: Nível Estadual - Hunter e Power (2007); Nível Municipal - Zucco (2008).
Níveis de significância: *** p< 0.01 ** p<0.05 *p<0.10

Segundo Zucco (2008), a mudança em 2006 não é simplesmente uma guinada de Lula em direção ao norte e ao nordeste, pois em 22 dentre os 26 estados, a correlação entre votos de Lula e indicadores municipais de desenvolvimento social foi negativa, com Lula ganhando terreno nos municípios menos desenvolvidos, e perdendo espaço no outro extremo. Dados de nível individual sobre as intenções de voto, oriundos de pesquisas do Instituto Datafolha realizadas pouco antes de cada eleição (1994-2006) corroboraram esse diagnóstico: as intenções dos eleitores do interior, com menos anos de estudo e renda menor favoreceram mais a Lula em 2006, invertendo o padrão dos anos anteriores.

A performance de Lula pode ter contado com um apoio extra dos prefeitos e governadores do PT na época das eleições presidenciais. Porém, a análise de Zucco (2008) sobre 2006 não confirmou essa hipótese: a presença dos prefeitos e dos governadores do PT eleitos em 2004 teve um efeito negativo sobre a votação de Lula. Nicolau e Peixoto (2007a) já haviam investigado a associação entre o partido dos prefeitos municipais eleitos em 2004 e a votação dos candidatos à presidência em 2006, e os resultados são compatíveis. Para Zucco (2008) essa relação negativa não significa que a existência de representantes do PT em governos locais seja a causa de votação mais baixa de Lula, mas sim que reflete a mudança na base eleitoral de Lula depois de 2004. Nesse caso a "velha" base, dos movimentos

sociais, sindicatos e classe média, que elegeu os representantes em 2004, teria abandonado Lula, o que explicaria o descenso, ou crescimento menor, de Lula nas áreas influenciadas por essas instituições e classes.

Análises com método estatístico espacial

Soares e Terron (2008) analisaram a geografia eleitoral de Lula em 2002 e 2006, explorando conceitos, métodos e técnicas de análise geoespacial. Confirmaram que Lula ainda recebe o apoio de suas bases anteriores, mas descobriram que os blocos regionais de municípios de alta votação em 2002 perderam a coesão em 2006, tornando-se mais vulneráveis ao apelo de outros candidatos. Desfez-se a hegemonia de Lula em bases geoeleitorais tradicionalmente coesas como os territórios metropolitanos mais populosos do sul e sudeste, e a região de municípios do sudoeste do Paraná e oeste de Santa Catarina. As análises espaciais delimitaram, e as regressões dimensionaram, uma nova e extensa coesão regional ao redor de municípios menos populosos e mais pobres, cujas dimensões territoriais ultrapassam as fronteiras estaduais e regionais. Mostraram, também, que o ganho foi maior em extensão territorial do que em tamanho do eleitorado. Confirmaram que a participação da Bolsa Família sobre a renda local foi um determinante deste novo contorno das bases geoeleitorais, sendo o fator com mais peso na explicação das diferenças na votação municipal de 2002 para 2006.

Terron (2009) analisou a dinâmica sócio-espacial da base eleitoral de Lula e da composição de territórios eleitorais nas eleições presidenciais para o período de 1989 a 2006. A pesquisa revelou padrões geográficos significativos no período, inteligíveis segundo duas linhas de evolução espaço-temporal: a da base eleitoral de Lula, e a dos padrões da disputa presidencial. Segundo o estudo, a base eleitoral de Lula mostra, nas primeiras eleições logo após o retorno à democracia, um padrão geográfico de votos concentrado em poucos municípios, os quais são responsáveis por boa parte da votação. A grande mudança ocorre em 2006, quando o padrão passa de local para regional.

Na evolução dos padrões da disputa presidencial a ruptura acontece em 2002. O padrão local se instala entre o ciclo de territórios regionais de 1989 a 1998, e a nova composição regional de 2006. A semelhança dos territórios eleitorais de Collor e de Fernando Henrique; a “conquista” do nordeste pelo PT e do Rio Grande do Sul, pelo PSDB; a expansão territorial da desigualdade social; a relação entre padrões regionais, políticas públicas e reeleição, foram outras constatações de Terron (2009). A influência do programa Bolsa Família na mudança na base eleitoral de Lula foi revista à luz das novas evidências, e se confirmou como o fator de maior peso.

Na seção seguinte, analisamos os territórios eleitorais de Lula e do PT nas quatro eleições. Com esta investigação pretendemos identificar a dinâmica espacial do distanciamento e descobrir em que momento, ou em quais momentos, os territórios eleitorais se separam, e que tipo de “interiorização” aconteceu com Lula e com o PT.

O descolamento dos territórios eleitorais

A investigação do comportamento eleitoral é frequentemente associada ao termo base eleitoral. Mas o que define uma base eleitoral? Que tipo de relação entre eleitores e candidatos pode determinar a existência de tal base? E, se possível identificá-la, como dimensioná-la e localizá-la para fins da pesquisa científica? O termo remete à idéia de um grupo ou conjunto de eleitores que sistematicamente apóiam determinado partido ou candidato. É empregado com bastante flexibilidade e não há uma única estratégia de apreensão. Nossa metodologia consiste em identificar “territórios eleitorais” onde o candidato ou partido se destaca por receber os mais altos percentuais de votos em relação ao seu próprio desempenho, para então compará-los em sua evolução temporal e quanto a características sócio-econômicas⁴.

Para tanto, vamos utilizar as estatísticas de Moran Global e Local. O índice I de Moran, ou Moran Global, informa a autocorrelação espacial da votação municipal do candidato/partido no pleito. Os valores situam-se no intervalo entre 1, autocorrelação espacial positiva máxima, e -1, auto-correlação espacial negativa máxima, sendo 0 a ausência de auto-correlação espacial (SMITH et al, 2007)⁵.

Em uma analogia com o tabuleiro de xadrez, quanto mais o indicador se aproxima de 1, mais a configuração geográfica dos votos se parece com a

⁴ A associação do conceito de território a resultados eleitorais foi proposta em Terron (2009). Trata-se de uma apropriação do conceito-chave da geografia para designar padrões de territorialidade de candidatos e partidos nas eleições, adotando o conceito com base em sua concepção recente e flexível, na qual territórios podem ser construídos e desconstruídos continuamente pela ação de indivíduos ou grupos que exercem algum domínio ou poder em determinada área. Adotou-se a mesma metodologia de Terron (2009, 18) na qual os agrupamentos (clusters) de municípios nos quais o candidato-partido obtém os mais altos percentuais de voto, e a dependência espacial entre eles é significativamente alta, são associados a territórios eleitorais fortes.

⁵As estatísticas de Moran são amplamente empregadas na epidemiologia, na criminologia, e mais recentemente na sociologia e geografia urbanas, em especial nos estudos de segregação urbana e desigualdades sociais. Sua utilização nas análises político-eleitorais no Brasil é pouco difundida. Há diversos outros métodos que podem ser conferidos em (ANSELIN, 1999; ANSELIN, 2003; ANSELIN, 2005; BAILEY e GATRELL, 1995; CÂMARA et al, 2002; O'LOUGHLIN, 2003; SMITH, GOODCHILD, e LONGLEY, 2007). Neste estudo as estatísticas de Moran Global e Local são utilizadas para medir a correlação espacial das votações municipais e “descobrir” os territórios eleitorais, com base nos percentuais de voto que os candidatos (Partido) receberam nos 5.564 municípios brasileiros. Para o processamento das estatísticas espaciais e mapeamento dos dados foram utilizados os sistemas GeoDa (CSISS, 2005) e ArcView GIS (ESRI, 2000).

situação inicial do jogo: cada conjunto de peças está agrupado e posicionado em lados opostos do tabuleiro ou, analogamente, os municípios com as votações (%) mais altas e mais baixas estão agrupados e os grupos estão geograficamente mais apartados, determinando um padrão regional de voto. Valores mais próximos de zero significam que é mais difícil identificar grupamentos e que o candidato recebe votações altas e baixas nos municípios segundo uma distribuição espacial aleatória. Valores mais próximos de -1 indica configurações onde a maioria dos municípios com alta votação se situa em regiões de baixa votação e vice-versa.

Nas votações de Lula e do PT (Tabela 3) todos os índices situam-se acima de 0,5, à exceção do último (0,34), e indicam a presença de grupamentos (*clusters*) de municípios com percentuais de voto altos e de dependência espacial significativa para caracterizá-los como territórios eleitorais.

Tabela 3
Correlação espacial univariada ou autocorrelação espacial global
(I de Moran Global) das votações*

	1994	1998	2002	2006
Presidente	0,60	0,73	0,60	0,81
Deputado Federal	0,52	0,55	0,56	0,34

Fontes: TSE, IpeaData, IBGE, Processamento dos autores.

*Valores significativos a 0,0001, com significância estimada por randomização (9.999 permutações das observações e dos locais, calculada a probabilidade da ocorrência do atual I em 10.000 amostras).

Variáveis: percentual de votos recebidos para cada cargo, em cada município.

A comparação entre os territórios eleitorais de Lula e do PT em cada eleição pode ser feita com base nos índices de correlação espacial bivariado de Moran⁶.

Os índices calculados (Tabela 4) são praticamente iguais nas duas primeiras eleições e os mais altos da série. Isso mostra que em 1994 e 1998 os territórios eleitorais de Lula e dos deputados federais são mais semelhantes do que nas duas outras eleições. Há um pequeno distanciamento que se manifesta na diferença de índices entre 1998 (I=0,48) e 2002 (I=0,41), mas de 2002 para 2006 os territórios eleitorais deixam de ter correlação espacial, pois o índice entre as votações cai para -0,04 (p<0,0001).

⁶ Os Índices bivariados de Moran Global podem ser interpretados como o grau de semelhança entre um padrão espacial e outro. Numa situação hipotética, o Índice de correlação espacial entre as duas votações seria 1, por exemplo, se a votação (%) de Lula nos municípios variasse espacialmente da mesma maneira que a votação (%) do PT para deputado federal, e vice-versa.

Tabela 4
Correlação espacial global bivariada entre as votações do PT, para os cargos de presidente e de deputado federal (1994 – 2006)*

	1994	1998	2002	2006
Índice	0,49	0,48	0,41	-0,04

Fontes: TSE, IpeaData, IBGE, Processamento dos autores.

*Valores significativos a 0,0001, com significância estimada por randomização (9.999 permutações das observações e dos locais, calculada a probabilidade da ocorrência do atual I em 10.000 amostras).

Variáveis: percentual de votos recebidos para cada cargo, em cada município.

Os mapas (Figuras 3, 4, 6 e 7) mostram os territórios eleitorais de Lula e do PT nas quatro eleições. Foram elaborados a partir dos Indicadores de Moran Local calculados para as votações municipais. São agrupamentos de municípios ou municípios isolados (*clusters*) representados em vermelho, classificados por Moran Local nas categorias alto-alto (votação alta em região de votação alta) e alto-baixo (votação alta em região de votação baixa). Os *clusters* em amarelo representam os municípios onde o desempenho foi significativamente baixo, e as áreas em branco representam os municípios não significativos para o teste ($p > 0,05$).

Os territórios eleitorais de Lula e do PT são, de fato, semelhantes nas duas eleições de 1994 e 1998 (Figuras 3 e 4). Os índices de correlação espacial de 0,49 em 94, e 0,48 em 98, já indicavam este grau de semelhança. Embora o número de municípios nos territórios seja pequeno, em relação aos 5.564 municípios brasileiros, estes territórios são importantíssimos para o PT, pois garantem praticamente a metade da votação de Lula e dos deputados tanto em 1994 quanto em 1998, conforme se observa nos percentuais de votos e de municípios indicados abaixo de cada mapa.

Figura 3
Territórios eleitorais do PT nas eleições para presidente e deputado federal (1994)

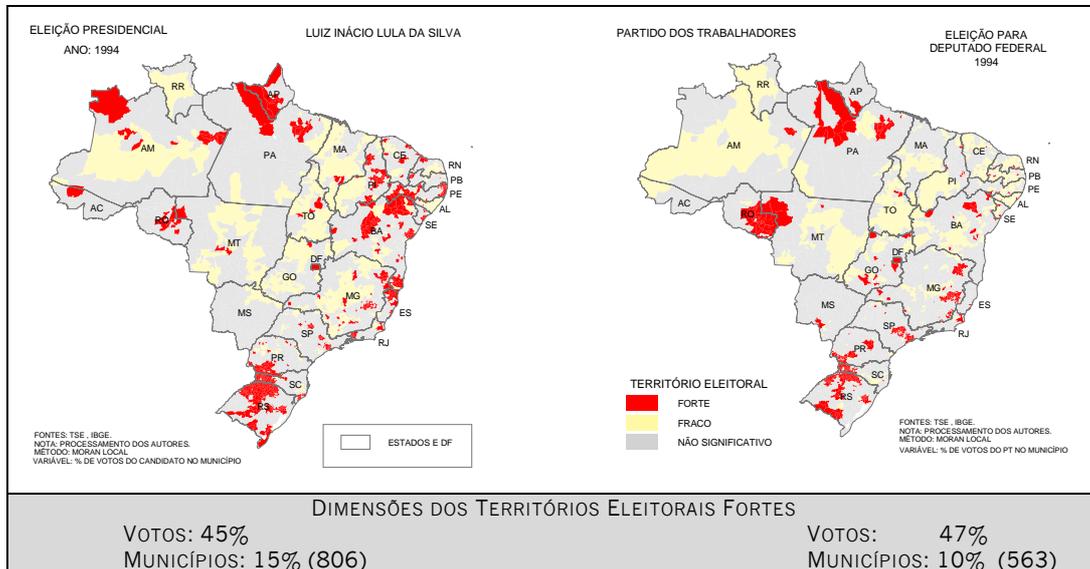
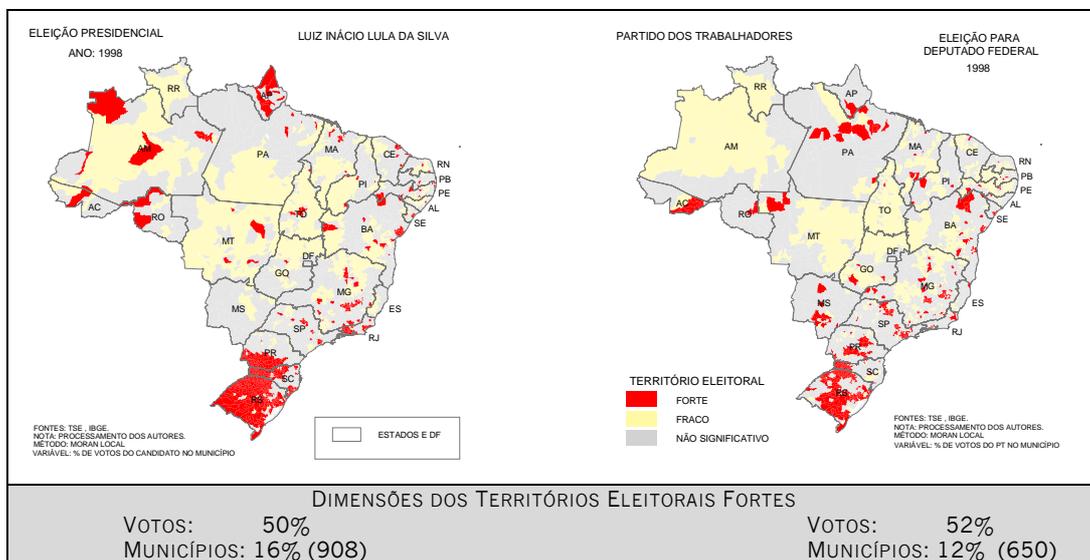
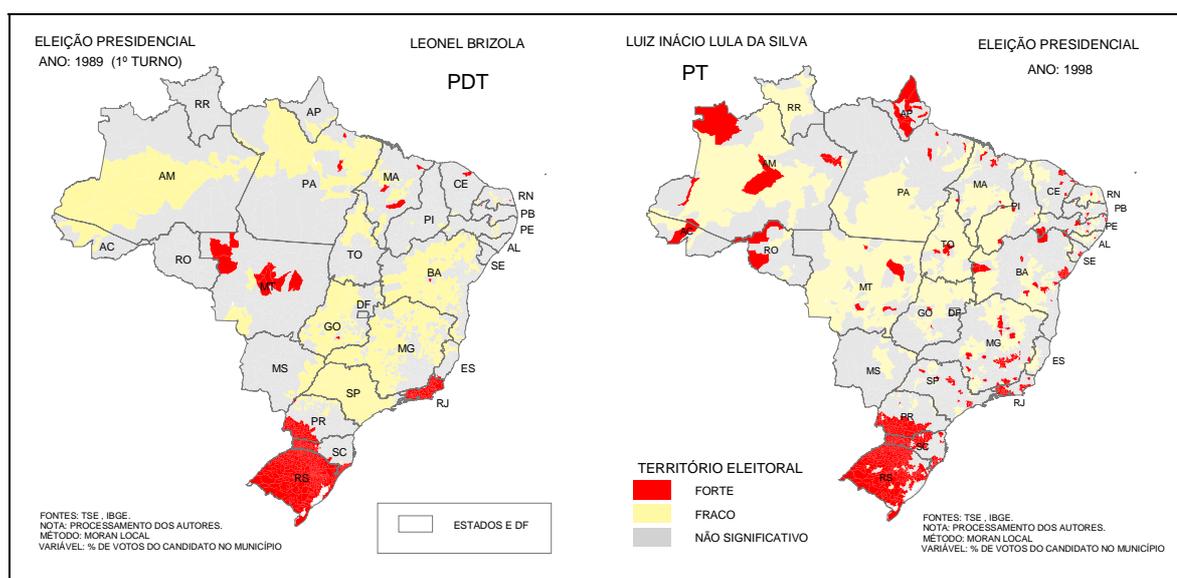


Figura 4
Territórios eleitorais do PT nas eleições para presidente e deputado federal (1998)



A votação de Lula em 1998 apresentou uma significativa correlação espacial com a votação de Leonel Brizola em 1989, expressa pelo Índice de Moran Global de 0,6 (TERRON, 2009, p.96). A participação de Brizola na chapa do PT, como candidato a vice-presidente, influenciou a formação de territórios eleitorais semelhantes (Figura 5), especialmente nos estados do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro, redutos do PDT.

Figura 5
Territórios eleitorais de Leonel Brizola (PDT) e de Lula (PT) nas eleições para presidente de 1989 e 1998 respectivamente

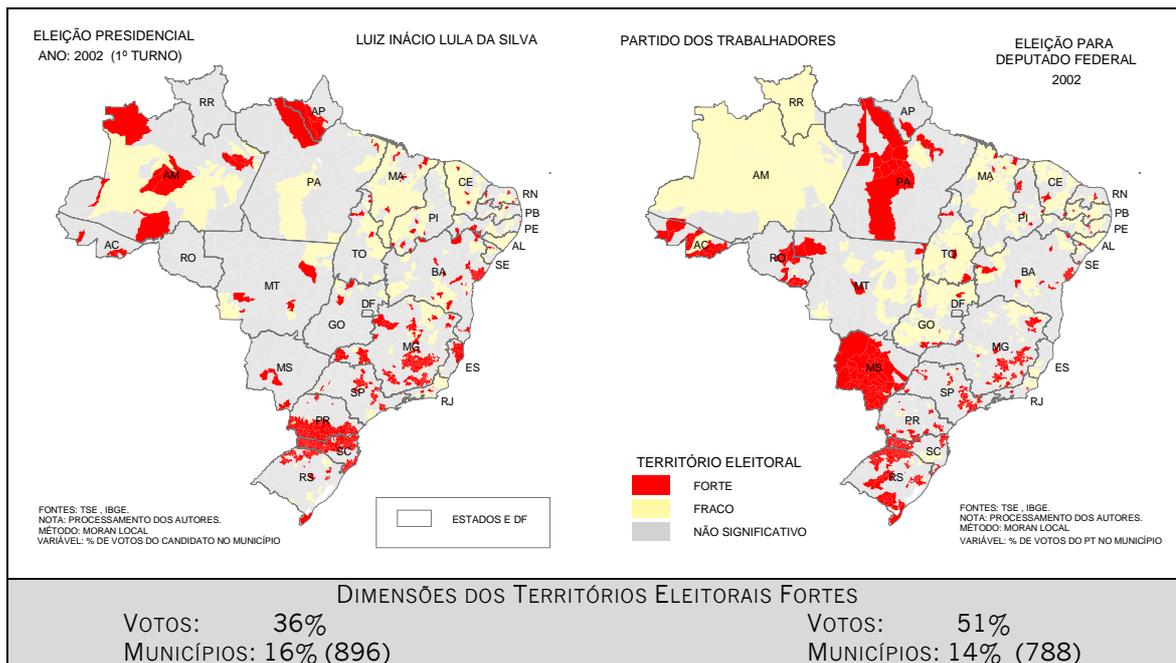


Em 2002, os territórios de Lula e dos candidatos do PT a deputado federal ainda são semelhantes, como indica o índice de correlação espacial entre as votações ($I=0,41$), embora menos correlacionados que em 1998. Já se observa, na Figura 6, a tendência de diferenciação geográfica, ainda que a escala dos mapas seja muito pequena. Comparados com os mapas de 1998, os mapas de 2002 mostram retração e diferenciação dos territórios do sul do país, expansão do PT no estado do Mato Grosso do Sul, e de Lula no estado de Minas Gerais. A diferença também se manifesta na importância dos territórios de Lula para sua votação total. Os “territórios de Lula” deixaram de prover a metade dos votos, como em 1998, para contribuir com apenas 36% dos seus votos no primeiro turno de 2002.

Isso significa que, em 2002, houve uma expansão territorial da base eleitoral de Lula, que fica menos dependente dos municípios onde é tradicionalmente bem

votado (16% dos municípios). A votação para deputado federal ainda continua concentrada, com 51% dos votos provenientes de 788 municípios, que constituem os territórios eleitorais representados no mapa da direita. Nessa eleição, já se percebe a presença forte do PT no estado do Mato Grosso do Sul (MS), e o mesmo não acontece com Lula.

Figura 6
Territórios eleitorais do PT nas eleições para presidente e deputado federal (2002 - 1º turno)



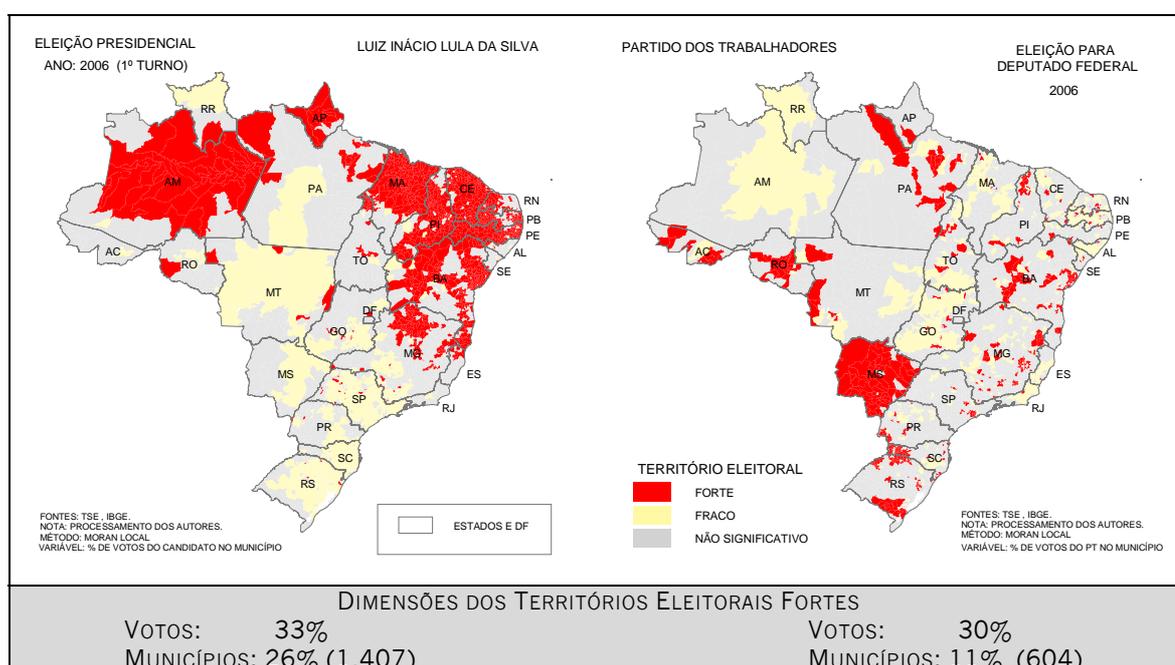
Esse avanço reflete, certamente, o esforço e o fôlego do PT para superar as derrotas nas eleições presidenciais de 1989 a 1998, e manter uma continuidade no movimento de expansão territorial. Em 2000, o PT “realizou uma campanha de filiação e recadastramento e iniciou o século 21 com mais de 860 mil filiados e com diretórios em 4.016 municípios do País” (MENEQUELLO e AMARAL, 2008).

Em 2006, como indicado pelo Índice de -0,04, os territórios eleitorais são praticamente irrelevantes. Os mapas dos territórios eleitorais (Figura 7) mostram onde ocorreram as maiores concentrações geográficas de um e de outro. Houve um deslocamento dos altos percentuais de voto de Lula para os municípios do norte e do nordeste. No Mato Grosso do Sul, o território do PT se expandiu ainda mais, alcançando quase todos os municípios do estado. Há um fenômeno comum às duas votações, que pode ser observado entre 2002 e 2006: a retração dos territórios

eleitorais nos estados do sul do país. Os “territórios de Lula” praticamente desapareceram nos três estados (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), e os territórios remanescentes do PT são bem menos extensos que em 1998.

Outra mudança importante que ocorre em 2006 é a queda de participação dos territórios eleitorais na votação dos deputados, tal como ocorreu com Lula em 2002. Em 2006, 30% vêm dos municípios dos territórios eleitorais, enquanto em 2002 eram 51%.

Figura 7
Territórios eleitorais do PT nas eleições para presidente e deputado federal (2006 - 1º turno)



A análise geoespacial permitiu identificar dois estágios na dinâmica de distanciamento geográfico entre as bases eleitorais de Lula e dos deputados federais: o período de 1994 a 2002, e a mudança de 2006 em relação ao estágio anterior. No primeiro, de 1994 a 2002, o partido cresce sem perder a força nos territórios petistas tradicionais. Houve uma leve diferenciação geográfica em 1998 relacionada ao apoio da base eleitoral de Brizola (PDT), candidato a vice de Lula; e um distanciamento geográfico efetivo entre as bases, em 2002.

Nesta eleição, mesmo no primeiro turno, a votação de Lula se diferencia da votação dos deputados devido ao seu movimento de expansão territorial: Lula

passou a depender menos dos territórios eleitorais petistas (em percentual de votos) em relação à votação total, e a ganhar mais votos em municípios onde os candidatos a deputado não conseguiram o mesmo desempenho.

No segundo movimento, em 2006, os territórios eleitorais em comum, de Lula e do PT (deputados federais) ficaram reduzidos a pouco mais de uma centena de municípios. A Tabela 5 mostra as dimensões, em número de municípios, dos territórios eleitorais representados nos mapas identificando para cada eleição quantos municípios pertencem apenas aos territórios de Lula, somente aos territórios do PT e quantos pertencem a ambos.

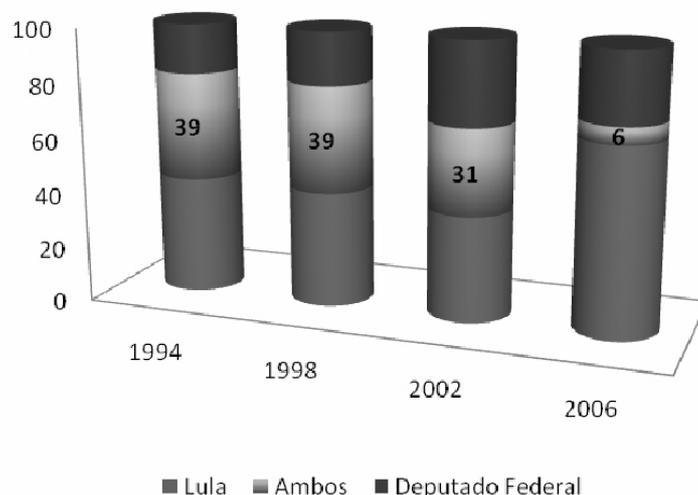
Tabela 5
Número de municípios nos territórios eleitorais nas eleições de 1994 a 2006, discriminados em territórios eleitorais de Lula, do PT (deputado federal) e de ambos

	1994	1998	2002	2006
Lula	420	473	495	1302
Deputado Federal	177	215	387	489
Ambos	386	435	401	115
Total	983	1123	1283	1906

Fontes: TSE, IpeaData, IBGE, Processamento dos autores.

O gráfico (Figura 8) permite comparar o distanciamento dos territórios eleitorais. Os quantitativos de municípios de Lula, do PT e de ambos foram convertidos em percentuais do número total de municípios nos territórios eleitorais, que é diferente em cada eleição. O território eleitoral comum, que representava 39% dos municípios em 1994 e 1998, passou para 31% em 2002, e 6% em 2006.

Figura 8
Composição dos territórios eleitorais do PT, nas eleições de 1994 a 2006, em percentuais de municípios nos *clusters*: Lula, Deputados Federais e ambos



Fontes: TSE, IpeaData, IBGE, Processamento dos autores.

O distanciamento entre as bases eleitorais

O distanciamento espacial implica em diferenciação dos respectivos determinantes econômicos e sociais? Para usar uma terminologia clássica: a estrutura de determinação do lulismo e do petismo passou a ser diferente? Mensuramos, nesta seção, o distanciamento entre a votação de Lula e a votação do PT, e vice-versa, na presença de indicadores geossociais dos municípios. Elaboramos modelos de regressão para cada série de eleições: no primeiro, avaliamos a relação entre as votações de Lula (variável dependente) e as votações dos deputados federais (variável independente); no segundo, a análise se inverte. Nos dois casos, os percentuais de votos nos municípios são tomados como variável dependente e independente.

Os indicadores geossociais são os mesmos para as duas séries:

- Renda - rendimento médio mensal per capita no município, em reais;
- Analfabetismo - percentual da população municipal com 15 anos ou mais que não sabe ler ou escrever;
- Urbanização - percentual população municipal residente na área urbana legal;
- Índice de Gini - indicador de desigualdade social.

Nas eleições de 1994, os indicadores referem-se ao Censo 91, e nas demais, ao Censo 2000. Nas eleições de 2006, são dois modelos de cada tipo, sendo que um deles leva em conta o efeito das transferências do Bolsa Família realizadas no ano eleitoral sobre a renda per capita média municipal ajustada para 2006 (SOARES e TERRON, 2008; TERRON, 2009), e o outro não.

Variáveis *dummies* foram incluídas para controlar e dimensionar os efeitos regionais (região geográfica) sobre as votações, tomando-se como referência a região centro-oeste. Nas votações para deputado federal, o estado do Mato Grosso do Sul foi incluído como uma das variáveis *dummies*, e a referência passou a ser a região centro-oeste sem mato Grosso do Sul⁷.

Os modelos de regressão linear, ou clássica, permitiram modelar o conjunto de equações referentes às votações de Lula e dos deputados federais nos 5.564 municípios brasileiros. Entretanto, a autocorrelação espacial presente nas votações, que vimos nos índices e mapas da seção anterior (análise geoespacial), se manifestaram nos resíduos das regressões. Nestes casos o modelo clássico é ineficiente para ajustar a dependência espacial dos dados nos territórios eleitorais, e esta dependência espacial pode alterar o poder explicativo do modelo: “A significância dos parâmetros é usualmente superestimada, e a existência de variações em larga escala pode até mesmo induzir a presença de associações espúrias.” (CÂMARA et al, 2002, p.29). Realizamos testes para a dependência espacial que indicaram o melhor modelo de regressão espacial a ser empregado⁸.

Nesta pesquisa as regressões espaciais foram feitas no GeoDa, que disponibiliza dois modelos espaciais auto-regressivos: o modelo de deslocamento espacial e o modelo de erro espacial. O diagnóstico da dependência espacial dos resíduos (pelo teste I de Moran) é realizado quando se executa a regressão clássica (mínimos quadrados ordinários) associada a uma matriz de vizinhança dos municípios. Os diagnósticos com base no Multiplicador de Lagrange (simples e robusto) são fornecidos para escolha do modelo de regressão espacial.

No final das Tabelas 6 e 7, que apresentam os resultados das regressões espaciais, há dois conjuntos de informações: um referente à performance do modelo de regressão clássica e à seleção do modelo de regressão espacial mais adequado aos dados, e o outro referente aos valores de R² e Critério de Informação

⁷ Algumas vezes é necessário incluir variáveis qualitativas ou categóricas no modelo de regressão, como planos econômicos, região, e outras, para controlar fenômenos pouco usuais que podem causar vieses nas estimativas. Variáveis *dummies* são variáveis binárias (valor 0 ou 1) utilizadas para tal fim.

⁸ Uma discussão detalhada destes métodos e da teoria subjacente pode ser encontrada em (ANSELIN, 1999; ANSELIN, FLORAX e REY, 2004; BAILEY e GATRELL, 1995; CÂMARA et al, 2002; DARMOFAL, 2006; SMITH, GOODCHILD e LONGLEY, 2007). Os procedimentos têm sido implementados em inúmeros softwares como SpaceStat, S-Plus, MATLab Spatial Statistics Toolbox, Win BUGS e GeoDa.

de Akaike (AIC) da regressão espacial para comparação do ajustamento dos modelos espaciais aos dados⁹.

A Tabela 6 apresenta os coeficientes das regressões espaciais das votações de Lula. Embora os resultados da regressão clássica indiquem um ajustamento razoável (R^2 variou de 0,46 a 0,61), os testes de I de Moran revelaram dependência espacial significativa nos resíduos (I variou de 0,45 a 0,51). O modelo de regressão espacial selecionado pelo teste do Multiplicador de Lagrange foi o modelo de erro espacial (em todos os casos). Os modelos de regressão espacial melhoraram os coeficientes de determinação (R^2 passou a variar no intervalo de 0,68 a 0,80), mas a performance entre eles foi comparada pelo Critério de Akaike, como recomendado: o valor de Akaike aumenta gradativamente de 1994 a 2006, indicando uma perda de poder explicativo do modelo de eleição para eleição. Entre os dois modelos de 2006, a melhor performance (menor valor de Akaike) é do modelo b, que leva em conta o fator Bolsa Família/Renda.

Os coeficientes, quando não são nulos, mantêm o sinal em todas as eleições/modelos, o que não deixa dúvidas quanto ao sentido das correlações. A relação da votação de Lula com a taxa de analfabetismo em todos os anos, e a renda per capita em 1998 e 2006, é negativa, ou seja, a votação varia no sentido inverso desses indicadores: quando os indicadores crescem a votação diminui, em pontos percentuais. Já com a urbanização, a relação se mantém positiva, ou seja, varia no mesmo sentido. Há variações nos coeficientes, tanto quanto aos valores, quanto à significância estatística, de eleição para eleição.

O distanciamento entre as votações, avaliado pelos coeficientes da variável independente *Votos Dep. Fed. PT(%)*, é sempre significativo, positivo, e diminui a cada eleição. O fator Bolsa Família/Renda incluído no modelo 2006 (b) não altera este coeficiente, que permanece 0,15. Dito de outra forma, mantendo-se constantes os demais efeitos, cada ponto percentual de acréscimo na votação dos deputados implica em 0,15 pontos percentuais de acréscimo na votação de Lula em 2006, independente do efeito do Bolsa Família sobre a renda municipal.

As *dummies* confirmaram o voto menos regionalizado em 2002, e dimensionaram a inversão geográfica que ocorreu entre 2002 e 2006. No modelo 2006 (b) para cada ponto percentual de aumento na votação municipal de Lula na região centro-oeste (referência) equivale um aumento de 16,8 pontos percentuais na

⁹ O coeficiente de determinação R^2 informa sobre a qualidade do ajustamento do modelo aos dados. R^2 varia entre 0 e 1, sendo que o valor 1 indica que a reta de regressão se ajusta perfeitamente aos dados. R^2 é frequentemente interpretado como a proporção da variação dos dados que é explicada pelo modelo de regressão. Entretanto, os estimadores e os diagnósticos tradicionais da regressão não consideram os efeitos espaciais, e os modelos de análise deixam de ser comparáveis pelas medidas tradicionais como as que se baseiam no R^2 . Uma das estatísticas usadas como guia para seleção de modelos em regressão espacial é o critério de informação de Akaike (AIC), e o melhor modelo é o que possui o menor valor de AIC (CÂMARA et al, 2002, 35; SMITH, GOODCHILD, e LONGLEY, 2007, p.234).

região nordeste, e de 9,2 pontos percentuais na região norte, quando os demais efeitos se mantêm constantes.

Tabela 6
Regressões espaciais sobre a votação municipal de Lula nas eleições
presidenciais - 1994 a 2006 (%)

VD	Presidente (% de votos nos municípios)				
	1994 ⁽¹⁾	1998	2002	2006	2006
VI			1°T	1°T (a)	1°T (b)
Renda per capita	0	- 0,01 ***	0	- 0,04 ***	- 0,04 ***
Analfabetismo	- 0,10 ***	- 0,25 ***	- 0,31 ***	- 0,09	- 0,01
Taxa de Urbanização	0,01 ***	0,06 ***	0,04 ***	0,05 ***	0,06 ***
Índice de Gini (x 100)	0	0, 01	0,03 *	0,11 ***	0,11 ***
Votos Dep. Fed. PT(%)	0,85 ***	0,57 ***	0,48 ***	0,15 ***	0,15 ***
BF / Renda					0,72 ***
Norte	3,2 ***	2,6 **	2,1 *	9,7 ***	9,2 ***
Nordeste	6,3 ***	6,4 ***	3,4 ***	18,0 ***	16,8 ***
Sudeste	1,1	3,1 ***	2,0 **	5,4 ***	5,0 ***
Sul	4,2 ***	11,3 ***	4,6 ***	2,2	2,1
Regressão Espacial					
R ²	0,71	0,80	0,68	0,80	0,80
Critério de Akaike	32898,3	34308,0	36900,2	38043,6	37949,5
Regressão Clássica associada à matriz de proximidade espacial dos municípios					
R ²	0,50	0,58	0,46	0,60	0,61
I de Moran (Resíduos)	0,45	0,52	0,46	0,52	0,51
Modelo Regr. Espacial	Erro	Erro	Erro	Erro	Erro

Níveis de significância: *** p< 0.01 ** p<0.05 *p<0.10

Nas regressões das votações do PT para deputado federal (Tabela 7), os resultados são bem diferentes. O ajustamento não é tão bom quanto o dos modelos das votações de Lula. Os modelos de 1994 a 2002 conseguem coeficientes de determinação (R²) razoáveis, que variam entre de 0,62 e 0,64, mas em 2006 o coeficiente cai para 0,29.

Cabe observar que, mesmo se tratando do PT, um partido com forte identificação por parte do eleitor, a escolha do deputado federal dificilmente seria

explicada sem considerar as características particulares dos candidatos e as variantes da política estadual. Neste sentido é natural que os coeficientes de determinação dos modelos analisados sejam mais baixos que os das votações de Lula. O coeficiente de 2006 mostra que este conjunto de variáveis faz menos sentido ainda para explicar a votação dos deputados petistas neste ano.

Tabela 7
Regressões espaciais sobre a votação municipal do PT nas eleições para deputado federal - 1994 a 2006 (%)

VD	Deputado Federal (% de votos nos municípios)				
	1994 ⁽¹⁾	1998	2002	2006	2006
VI			1ºT	1ºT (a)	1ºT (b)
Renda per capita	0,01 ***	0,01 ***	0,01 ***	0	0
Analfabetismo	0	- 0,01	- 0,04 *	- 0,14 ***	- 0,11 ***
Taxa de Urbanização	0	- 0,01 ***	0,01 *	0	- 0,01
Índice de Gini (x 100)	- 0,01 **	- 0,02 **	- 0,01	0,03 *	0,04 *
Votos Lula (%)	0,34 ***	0,34 ***	0,37 ***	0,17 ***	0,17 ***
BF / Renda					- 0,20 **
Regressão Espacial					
Norte	- 0,3	1,3 *	3,1 ***	3,1 ***	3,1 ***
Nordeste	- 1,6 ***	0,4	2,9 ***	0,7	1,0
Sudeste	- 0,1	- 0,3	3,0 ***	2,5 ***	2,6 ***
Sul	0,2	- 0,8	4,4 ***	4,7 ***	4,7 ***
Mato Grosso do Sul	- 0,2	3,4 ***	14,8 ***	20,2 ***	20,2 ***
Regressão Clássica associada à matriz de proximidade espacial dos municípios					
R ²	0,64	0,62	0,62	0,29	0,29
Critério de Akaike	27727,2	31261,3	35324,9	38816,4	38812,7
R ²	0,49	0,43	0,43	0,12	0,12
I de Moran (Resíduos)	0,35	0,39	0,40	0,28	0,28
Modelo Regr. Espacial	Erro	Erro	Erro	Erro	Erro

Níveis de significância: *** p< 0.01 ** p<0.05 *p<0.10

De todos os modelos de regressão dos deputados, os de 2006 (a e b) apresentaram, além da pior performance, os menores índices de Moran dos resíduos ($I=0,28$). Isto significa que a dependência espacial dos erros não é tão alta e que o modelo clássico poderia ser utilizado. Mesmo assim estimamos os coeficientes no modelo de erro espacial, indicado no teste do Multiplicador de Lagrange. Nas demais regressões clássicas (1994 a 2002) o teste I de Moran dos resíduos retornou índices de autocorrelação mais altos, entre 0,35 e 0,40, e o modelo de erro espacial foi o indicado.

Nas votações dos deputados de 1994 e 1998, o coeficiente da votação de Lula (variável independente) foi 0,34, e pode ser interpretado como se a cada acréscimo de 1 ponto percentual na votação de Lula equivalesse um aumento de 0,34 pontos percentuais na votação para deputados petistas, sendo constantes os demais efeitos. Em 1998, seriam 0,37 pontos percentuais.

Numa leitura grosso modo, até o ano da eleição a transferência de votos de Lula para o PT se mantém estável, na proporção de 1/3. Para o mesmo período, nas regressões de Lula (Tabela 6), cada acréscimo de 1 ponto percentual na votação do PT, mantendo-se constantes os demais efeitos, significa um aumento de 0,85 pontos percentuais na votação municipal de Lula de 1994, 0,57 em 1998 e 0,48 em 2002. Neste período é a base eleitoral de Lula que se “descola” da base eleitoral do PT a cada eleição, expandindo-se gradativamente para fora do raio de ação dos deputados federais. Em 2006 o efeito da votação de Lula sobre a votação do PT (0,15) na Tabela 6, modelo 2006, é praticamente igual ao da votação dos deputados sobre a votação de Lula (0,17), na Tabela 7, modelo 2006. Este resultado mostra que houve, como chamamos no título deste artigo, um divórcio entre as bases eleitorais.

A votação expressiva do PT no Mato Grosso do Sul, em relação ao seu desempenho geral, aparece nas *dummies* desde 1998. O fator Bolsa Família/Renda, testado nos modelos 2006 (b), tanto de Lula (Tabela 6) quanto dos deputados (Tabela 7), não influenciou a relação entre as respectivas votações. Não obstante, o efeito do Bolsa Família/Renda sobre a votação dos deputados é diferente do efeito sobre a votação de Lula. Enquanto o coeficiente é 0,72 no caso da votação de Lula, para a votação dos deputados é negativo, menor e menos significativo (-0,20).

Considerações Finais

A década de 1990 foi marcada por transformações sociais, políticas e econômicas que devem ser levadas em conta na análise do comportamento eleitoral do brasileiro. Os partidos políticos tiveram que se adequar ao ritmo das mudanças e às novas demandas da sociedade. Na esteira dessas transformações, o PT se estabeleceu como um grande partido de massas, com chance de chegar à

presidência, como chegou, mas para tanto teve que fazer concessões políticas e promover mudanças estruturais no partido. Após dois mandatos de Lula e do PT, escândalos de corrupção associado às principais lideranças petistas, composição de alianças políticas inimagináveis dez anos antes, e uma inabalável popularidade do presidente nos últimos anos de governo; contudo, o partido dos Trabalhadores continua polarizando as eleições presidenciais.

Neste artigo demonstramos a existência e a dinâmica geossocial deste distanciamento com base nas votações de Lula e dos candidatos a deputado federal pelo PT. A análise geoespacial dos territórios eleitorais e as regressões espaciais das votações permitiram descobertas e constatações, dentre as quais destacamos as seguintes:

1. Houve dois estágios do distanciamento. Não foi possível identificar um momento único desse fenômeno. Devido às semelhanças entre o período de 1994 a 2002, e as diferenças marcantes em 2006, diferenciamos os dois tempos ou estágios como o ciclo da eleição, que vai de 1994 a 2002, e o ciclo da reeleição, em 2006.
2. A interiorização começa em 2002. A expansão territorial do partido ocorre dos grandes espaços urbanos prósperos para as cidades menores situadas em espaços rurais mistos (consolidados, enriquecendo com alta desigualdade, pobres ou de pouca densidade econômica). Essa interiorização se evidencia em 2002, na votação para a presidência, e em 2006, na votação do PT para deputado federal.
3. A interiorização toma rumos diferentes. O deslocamento toma rumos diferentes: os altos percentuais de votos dados a Lula seguiram para o sudeste, em 2002, e para o norte e nordeste em 2006; e os altos percentuais de votos do PT se deslocaram para o Mato Grosso do Sul.
4. O PT perde as bases eleitorais do sul. Os territórios eleitorais de Lula e do PT nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, detentores de altos percentuais de votos em 1994 e 1998, sofreram uma retração em 2002 e foram praticamente extintos em 2006.
5. Os territórios eleitorais em comum diminuem. Os territórios eleitorais em comuns a Lula e ao PT, que no primeiro ciclo (1994 a 2002) variaram entre 386 e 435 municípios, passaram a 115 municípios em 2006. Destes, apenas 13 são municípios do centro-sul. Os demais são do norte e nordeste do país.

Com isto, chegamos ao limite da análise empírica.

Nossa hipótese foi que o distanciamento ocorrido no primeiro ciclo tem relação com algumas estratégias e ações do PT na década de 1990, com vistas à expansão da base eleitoral. Elas podem ter influenciado a conformação dos

territórios eleitorais e colaborado para o distanciamento entre as bases eleitorais no período. As concessões e alianças políticas que o partido fez para os pleitos presidenciais se refletiram na conformação de novos territórios eleitorais de Lula. As alianças eram criticadas, inclusive aquelas com setores de centro-esquerda, como no exemplo de Leonel Brizola. Esta aliança e a aproximação, em 2002, com setores de centro-direita, como grupo de oposição do PMDB, e o PL (que integrou a chapa do PT para a presidência), foram claramente perceptíveis na expansão dos territórios eleitorais de Lula em 2002.

Outros fatores como a moderação do discurso, as mudanças na estrutura interna do partido, a conquista de prefeituras municipais importantes e a implantação de diretórios em cerca de 4.000 municípios também foram avanços significativos do PT na década de 1990, que certamente contribuíram para a conquista dos territórios e votos que levaram Lula à presidência.

Nossa percepção é que o PT continuou em expansão após 2002, mas que os agentes promotores da expansão de Lula e do partido foram, em certa medida, conflitantes; diferente do que ocorreu com o PMDB e o PSDB, por exemplo, que tiveram melhor desempenho após os mandatos de José Sarney e de Fernando Henrique, respectivamente. Imaginamos que tenha havido a seguinte dinâmica: o petismo permanece ligado ao ativismo político (SAMUELS, 2008) e as organizações comunitárias, os sindicatos dos trabalhadores rurais, os movimentos sócio-territoriais ligados à questão agrária, e outros relacionados ao ativismo político no campo, que são os principais agentes propulsores da expansão territorial do PT para o interior do país. As organizações acompanham o deslocamento da fronteira agrícola para o centro-oeste, e depois para o norte e o nordeste, e o partido se interioriza neste trajeto. As migrações da população rural também devem ser consideradas. A análise geossocial parece confirmar este movimento, que poderia explicar, em parte, o esvaziamento da base eleitoral petista no sul do país, e a formação do território eleitoral do Mato Grosso do Sul, forte reduto do MST (Movimento dos Sem Terra).

O Programa Bolsa Família, principal responsável pela guinada abrupta da base eleitoral do presidente Lula para o norte e no nordeste, em 2006, cria um vínculo entre o eleitor e o presidente sem a intermediação de outros atores políticos, e permite uma aproximação maior com os prefeitos, independente de partido. Como vimos nas regressões espaciais, o Bolsa Família não fez qualquer diferença para a votação do PT em 2006. A inclusão da variável independente Bolsa Família/Renda melhorou o desempenho do modelo de Lula, mas não melhorou a performance do modelo do PT. Também não alterou a relação entre as votações de Lula e do PT, que permaneceu baixa.

O agente promotor da expansão do partido não mudou de 2002 para 2006, e os petistas tiveram que continuar a disputar espaço com a política local para

ganhar território eleitoral. Some-se a isto o fato de que os escândalos de corrupção afetaram mais ao partido do que a Lula, que criou uma camada de teflon para sua própria proteção, e aí está, possivelmente, uma parte que faltava na equação que explica o abrupto divórcio entre as bases eleitorais e a criação do lulismo, em 2006.

Nossas hipóteses e percepções merecem mais investigação, em especial quanto ao PT. Às vésperas das eleições 2010, quando concluímos este artigo, Lula está prestes a garantir sua sucessão com a eleição da ex-ministra Dilma Rousseff (PT). A popularidade do presidente vem mantendo Dilma na liderança, e tem sido o diferencial desta eleição. Fica a expectativa da incorporação dos resultados de 2010 a esta série para avaliar como o lulismo vai se consolidando no território nacional, e qual o perfil geossocial do petismo depois do divórcio. Haverá muito que explorar.

Referências Bibliográficas

ANSELIN, L. *Spatial Econometrics (Working Paper)* [Online]. Center for Spatially Integrated Social Science (CSISS), 1999. Disponível em: <<http://www.csiss.org/aboutus/presentations/>>. Acesso em: [01 nov. 2010].

_____. *GeoDa 0.9 User's Guide* [Online]. Urbana-Champaign: University of Illinois, 2003. Disponível em: <<https://www.geoda.uiuc.edu/documentation/manuals/>>. Acesso em: [01 nov. 2010].

_____. *Exploring Spatial Data with GeoDaTM : A Workbook* [Online]. Center for Spatially Integrated Social Science (CSISS), 2005. Disponível em: <<http://geodacenter.asu.edu/system/files/geodaworkbook.pdf>>. Acesso em: [01 nov. 2010].

ANSELIN, L; FLORAX, R. J. G. M. e REY, S. J. (orgs.). *Advances in Spatial Econometrics: Methodology Tools and Application*. New York: Springer, 2004.

BAILEY, T. C, e GATRELL, A. C. *Interactive Spatial Data Analysis*. UK: Longman, 1995.

CÂMARA, G; CARVALHO, M. S; CRUZ, O. G e CORREA, V. Análise espacial de áreas [Online]. In: FUCKS, S. D; MARÍLIA S. C; CÂMARA, G. e MONTEIRO, A. M. (orgs.). *Análise espacial de dados geográficos*, São José dos Campos, SP: INPE, 2005. Disponível em: <<http://urlib.net/sid.inpe.br/sergio/2004/10.07.15.04>>. Acesso em: 01 nov. 2010].

CARRARO, A; ARAÚJO JR, A. F; DAMÉ O. M; MONASTÉRIO, L. M. e SHIKIDA, C. D. "É a economia, companheiro!": uma análise empírica da reeleição de Lula com base

em dados municipais [Online]. In *Ibmec MG Working Paper*. MG, 2007. Disponível em: <<http://ceae.ibmecmg.br/wp/wp41.pdf>>. Acesso em: [01 nov. 2010].

CARREIRÃO, Y. S. *A decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2002.

DARMOFAL, D. Spatial Econometrics and Political Science [Online]. *Annual Meeting of the Southern Political Science Association*. Atlanta, GA, USA: The Society for Political Methodology, 2006. Disponível em: <<http://web.cenet.org.cn/upfile/103632.pdf>>. Acesso em: [01 nov. 2010].

HUNTER, W. e TIMOTHY, J. P. "Rewarding Lula: Executive Power, Social Policy, and the Brazilian Elections of 2006." *Latin American Politics & Society*, vol. 49, nº01, Spring, p.1-30. Miami, USA: University of Miami, 2007.

LEAL, V. N. *Coronelismo, Enxada e Voto*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1948.

LÍCIO, E. C; RENNÓ, L. R. e CASTRO, H. C. O. "Bolsa Família e voto na eleição presidencial de 2006: em busca do elo perdido." *Opinião Pública*, vol. 15, nº1 p.31-54. Campinas, 2009.

MARQUES, R. M; LEITE, M. G; MENDES, A e FERREIRA, M. R. J. Discutindo o papel do Programa Bolsa Família na decisão das eleições presidenciais brasileiras de 2006 [Online]. *Encontro Nacional de Economia Política, 12*. São Paulo: SEP, 2007. Disponível em: <http://www.pucsp.br/pos/ecopol/downloads/Ecopol/2007/Artigo_Bolsa_Fam_lia_e_Elei_es_2006%5B1%5D.pdf>. Acesso em: [01 nov. 2010].

MENEGUELLO, R. *PT: A formação de um partido*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1989.

MENEGUELLO, R. e AMARAL, O. E. "Ainda novidade: uma revisão das transformações do Partido dos Trabalhadores no Brasil". *Occasional Paper*. Brazilian Studies Programme, Latin American Centre. UK: University of Oxford, 2008.

NICOLAU, J. As Distorções na Representação dos estados na Câmara dos Deputados Brasileira [Online]. *Dados*, 40, n. 3. doi:10.1590/S0011-52581997000300006. Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: [01 nov. 2010].

NICOLAU, J. e PEIXOTO, V. As Bases Municipais da Votação de Lula em 2006 [Online]. *Cadernos do Fórum Nacional*, Rio de Janeiro, fev. 2007a. Disponível em: <<http://forumnacional.org.br/sec.php?s=521&i=pt&cod=CF0006>>. Acesso em: [01 nov. 2010].

———. Uma disputa em três tempos: uma análise das bases municipais das eleições presidenciais de 2006. *Encontro Anual da ANPOCS*, 31. Caxambu-MG, 22 out. 2007b.

O'LOUGHLIN, J. Spatial Analysis in Political Geography. In: AGNEW, J. MITCHELL, K. e TOAL, G. (orgs.). *A Companion to Political Geography* [Online]. 2º ed. Oxford, UK: Blackwell, 2003. Disponível em: <http://www.colorado.edu/ibs/pec/johno/pub/Companion_to_Pol_Geog_2003.pdf> Acesso em: [01 nov. 2010].

SMITH, M. J; GOODCHILD, M. F. e LONGLEY, P. A. *Geospatial Analysis: A Comprehensive Guide to Principles, Techniques and Software Tools*. Winchelsea - UK: The Winchelsea Press, 2007.

SOARES, G. DILLON, A. e TERRON, S. L. "Dois Lulas: a geografia eleitoral da reeleição (explorando conceitos, métodos e técnicas de análise geoespacial)." *Opinião Pública* vol.14, nº2 p.269-301, Campinas, 2008.

TERRON, S. L. A Composição de Territórios Eleitorais no Brasil: Uma Análise das Votações de Lula (1989 - 2006) [Online]. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2009. Disponível em: <<http://uerj.academia.edu/SoniaTerron> ou http://www.opiniaopublica.ufmg.br/biblioteca_detalhe.php?tema=el&&tipo=teses>. Acesso em: [01 nov. 2010].

ZUCCO, C. A governabilidade num segundo governo Lula. *Primeiro Encontro da Associação de Ciência Política do Uruguay (AUCIP)*, Montevideo, nov. 2006.

———. "The President's 'New' Constituency: Lula and the Pragmatic Vote in Brazil's 2006 Presidential Elections." *Journal of Latin American Studies* 40, nº01, p.29-49, London: Cambridge University Press, 2008.

Sonia Luiza Terron – terron.sonia@gmail.com
Gláucio Ary Dillon Soares – soares.glaucio@gmail.com

Recebido para publicação em junho de 2010.
Aprovado para publicação em outubro de 2010.